

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.588 - RS (2019/0003445-5)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE : IVONE LEOMAR DA SILVA OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR E OUTRO(S) - RS032025**  
**TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS0032158**  
**ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS0067800**  
**PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS0086620**  
**EMBARGADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORES : PAULO CESAR KLEIN E OUTRO(S) - RS036745**  
**FABIO WERKHAUSER - RS032445**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA DE MÉRITO. VÍCIOS DE INTEGRAÇÃO NÃO CONFIGURADOS. EMBARGOS REJEITADOS.**

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Ivone Leomar da Silva Oliveira em face de decisão assim ementada (e-STJ fls. 551-552):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, IV, E 1.022, DO NCPC. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PAGAMENTO POR PRECATÓRIO. ADIMPLEMENTO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE SALDO REMANESCENTE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPUGNAÇÃO EXTEMPORÂNEA. INTELIGÊNCIA DO ART. 46 DO ATO 013/2012-P. PRECLUSÃO CONFIGURADA. INÉRCIA DA AUTORA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Nos presentes aclaratórios, a embargante alega que há omissões/ausência de prestação jurisdicional plena na decisão embargada, pois é inaplicável a Súmula 7 do STJ e que a divergência jurisprudencial foi devidamente demonstrada conforme as exigências legais. Afirma que **"NÃO VIERAM APRECIADAS AS ALEGAÇÕES APRESENTADAS PELA AGRAVANTE, ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA HAVIDA, MANIFESTADAMENTE RELEVANTES E QUE ENSEJARIAM A MODIFICAÇÃO DO JULGADO"** (e-STJ fl. 568, grifos no original).

Houve impugnação aos embargos (e-STJ fls. 580-582).

É o relatório. Decido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Sob esse enfoque, os presentes embargos declaratórios não merecem acolhimento, porquanto não evidenciada a ocorrência dos vícios apontados pela embargante.

O inconformismo da parte com a decisão embargada deve ser manifestado através do recurso próprio.

Desse modo, a decisão embargada não contém nenhuma omissão ou ausência de prestação jurisdicional plena.

No mais, constata-se que todas as alegações trazidas nos embargos de declaração dizem respeito ao mérito da demanda, o que não pode ser objeto de reanálise em sede de embargos de declaração.

Advirta-se, por fim, que eventual oposição de novos embargos de declaração sem argumentação plausível para o recurso, apenas para solicitar rejugamento da controvérsia, pode ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator